

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.363.938 - PB (2018/0238785-6)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : RAMILTON ALVES DA NOBREGA NETO
ADVOGADO : CARLA DE OLIVEIRA BEZERRA MUNIZ - PB021527
AGRAVADO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **Ramilton Alves da Nóbrega Neto** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 337/338):

ADMINISTRATIVO. AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL LOTADO NO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DE CAMPINA GRANDE/PB. REMOÇÃO PARA JOÃO PESSOA/PB. TRATAMENTO DE SAÚDE DA ESPOSA. ART. 36 DA LEI Nº 8.112/90. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA QUANTO À REMOÇÃO PROVISÓRIA. REFORMA DA SENTENÇA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO AUTURAL. APELAÇÃO DA UNIÃO PROVIDA. RECURSO DO AUTOR PREJUDICADO.

1. Apelação interposta pela União Federal e por particular em face da sentença que, ratificando a liminar, julgou parcialmente procedente o pedido inicial para determinar que a ré efetive a remoção provisória do autor, independente da existência de vaga, para a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado da Paraíba (SR/PF/PB), condicionando, entretanto, a permanência do demandante na capital paraibana enquanto se mantiver inalterado o contexto fático que ensejou sua remoção provisória.

2. De acordo com o art. 36, III da Lei nº 8.112/90, é possível a remoção de servidor a pedido, independente de interesse da Administração, para tratamento de sua própria saúde, para tratamento de saúde de seu cônjuge ou para tratamento de seu dependente, devendo o deslocamento se dar no âmbito do mesmo quadro de pessoa de uma instituição, conforme previsto no caput do mesmo artigo.

3. Na hipótese, o autor - Agente de Polícia Federal - fora admitido no Departamento de Polícia Federal em 04.08.2010, sendo lotado inicialmente em Guarajá Mirim/RO, e em 26.02.2016 fora removido para Campina Grande/PB, por meio

de concurso de remoção. Em 25.10.2016 requereu remoção, outra vez, em razão de doença grave acometida agora da cidade de Campina Grande para a cidade de João Pessoa, em cônjuge, tendo fundamentado o seu pedido com base na disposição da Instrução Normativa nº 64/2012-DG/DPF.

4. Da documentação acostada aos autos, observa-se que a esposa do demandante é portadora de Neoplasia em 19.08.2016, na capital pessoense, a cirurgia de Mastectomia total da Mamária, tendo sido submetida, mama esquerda (com reconstrução), e, em seguida, tratamento de Quimioterapia.

5. O demandante justifica a não realização do tratamento em Campina Grande, pelo fato de não terem indicação médica naquela cidade; pela existência de erro médico no laudo da mamografia realizada em julho/2016 em Campina Grande (julho/2016); pelo tratamento diferenciado na cidade de João Pessoa, com a possibilidade de se atrelar a quimioterapia com a crioterapia capilar, e pela necessidade da paciente estar no seio da família, para superar o grave problema.

6. Em que pese a doença grave da esposa do demandante, que ainda submete a tratamento por tempo indeterminado (fisioterápico, psicológico/psiquiátrico), entendo desnecessária a remoção do servidor de Campina Grande para João Pessoa, ainda que provisória, pois a proximidade das cidades, ligadas por rodovias em bom estado de conservação, possibilita que a paciente faça o seu tratamento em João Pessoa, e retorne à sua residência em Campina Grande. Podendo ainda o casal, por opção e conveniência, fixar residência em João Pessoa, enquanto durar o dito tratamento de saúde, sem que seja preciso que o demandante seja removido do Departamento de Polícia Federal em Campina Grande para João Pessoa.

7. Não se pode descartar, ainda, a possibilidade de o tratamento ser realizado em Campina Grande, que é centro médico de razoável porte, já que não existem singularidades na doença que acomete a esposa do autor, e a quimioterapia atrelada a crioterapia capilar já fora realizada. Eventuais erros médicos podem ocorrer em qualquer lugar e não afastam a conclusão de que a paciente pode ser tratada em Campina Grande.

8. Os documentos anexados após apelação, extemporaneamente, que noticiam, inclusive, que a esposa do autor submeteu a nova cirurgia de correção mamária em 05.10.2017, ainda que considerados, não alteram o posicionamento já firmado.

9. Apelação da União provida. Apelação do particular, que tinha como objetivo a remoção definitiva do autor, prejudicada.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação ao art. 36, III, *b*, da Lei nº 8.112/90. Sustenta, em síntese, o seu direito à remoção definitiva em razão da doença acometida ao seu cônjuge, sob a alegação de que *"não faz sentido impor ao recorrente a ideia de que uma cidade do interior da localidade pretendida Paraíba tenha condições de igualdade no tratamento de câncer de mama em comparação à capital do referido Estado."* (fl. 362)

Aduz que *"a Junta Médica Oficial composta de três médicos de Campina Grande/PB (potencialmente conhecem a cidade em que moram e trabalham) entende que enquanto a administração da Polícia Federal em Brasília 'acha' que pode ser a remoção é necessária, tratada porque há rodovias ligando as cidades e a presença de alguns médicos na cidade interiorana."* (fl. 362)

É o relatório.

Colhe-se do acórdão recorrido a seguinte fundamentação, *verbis* (fls. 334/336):

Na hipótese, o autor - Agente de Polícia Federal - fora admitido no Departamento de Polícia Federal em 04.08.2010, sendo lotado inicialmente em Guarájá Mirim/RO, e em 26.02.2016 fora removido para Campina Grande/PB, por meio de concurso de remoção.

Em 25.10.2016 requereu remoção, outra vez, agora da cidade de Campina Grande para a cidade de João Pessoa, em razão de doença grave acometida em cônjuge (Neoplasia Mamária), tendo fundamentado o seu pedido com base na disposição da Instrução Normativa nº 64/2012-DG/DPF.

Relata que, em 19.08.2016, a sua esposa fora submetida a cirurgia de Mastectomia total da mama esquerda, com reconstrução da mama, na cidade de João Pessoa, onde reside os parentes do casal. Logo após, iniciou o tratamento de Quimioterapia também na capital pessoense, na qual contou com o apoio dos melhores profissionais de saúde, todos atuantes na cidade de João Pessoa, além do apoio de toda a família.

Justifica a não realização do tratamento em Campina Grande, pelo fato de não terem indicação médica naquela cidade; pela existência de erro médico no laudo da mamografia realizada em julho/2016 em Campina Grande (julho/2016); pelo tratamento diferenciado na cidade de João Pessoa, e pela necessidade da paciente estar no seio da família, para superar o grave problema.

Destaca que os deslocamentos diários (Campina Grande - João

Pessoa), a fim de realizar os tratamentos/procedimentos, além de fragilizar a paciente, que já se encontra debilitada, face os efeitos colaterais da quimioterapia, acarretaria danos ao equilíbrio financeiro da família, considerando os gastos adicionais.

Não obstante os motivos elencados pelo servidor, e o Laudo Médico Oficial ter sido favorável ao pleito do autor, a Administração indeferiu o seu pedido sob o argumento de falta de amparo legal. E afirmou, ainda, que a distância de 130 quilômetros que separam Campina Grande da capital paraibana não é óbice para um tratamento efetivo da doença de que é portadora a esposa do servidor (Processo Administrativo nº 08376.300599/2016-06).

O Laudo Médico, apresentado na via administrativa, concluiu favoravelmente à remoção do servidor, considerando a "gravidade e a evolução da doença, sendo necessário o tratamento ser mantido com os mesmos profissionais que deram início ao mesmo, e que seja realizado junto ao apoio de familiares próximos, pelo comprometimento também do fator emocional para a pessoa doente e para o servidor. O tratamento é de longa duração." (Id. 4058201.1275046).

A chefia imediata do servidor foi contrária ao pedido em razão do baixo efetivo da unidade.

As Assistentes Sociais do Subsistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor - SIASS - emitiram parecer favorável ao pleito do servidor - remoção provisória - enquanto permanecerem os efeitos que ensejaram na remoção, ou seja, vinculados à patologia da esposa (Relatório Social nº 016/2016).

O Delegado da DELP/CRH/DGP/PF sugeriu o indeferimento do pedido por falta de amparo legal e o Superintendente Regional ratificou a decisão do Delegado da DELP, indeferindo o pedido (Id. 4058201.1275034).

Em que pese a doença grave da esposa do demandante, entendo desnecessária a remoção do servidor de Campina Grande para João Pessoa, ainda que provisória, pois a proximidade das cidades, ligadas por rodovias em bom estado de conservação, possibilita que a paciente faça o seu tratamento em João Pessoa, e retorne à sua residência em Campina Grande. Podendo ainda o casal, por opção e conveniência, fixar residência em João Pessoa, enquanto durar o tratamento de saúde, sem que seja preciso que o demandante seja removido do Departamento de Polícia Federal em Campina Grande para João Pessoa.

Ademais, não se pode descartar a possibilidade de o tratamento ser realizado em Campina Grande, que é centro médico de razoável porte, já que não existem singularidades na doença que acomete a esposa do autor, e a quimioterapia atrelada a a crioterapia capilar já fora realizada. Eventuais erros médicos podem ocorrer em qualquer lugar e não afastam a conclusão de

que a paciente pode ser tratada em Campina Grande.

É de se registrar que os documentos anexados após apelação, extemporaneamente, por meio da petição identificada sob o nº 4050000.9567935, que noticiam, inclusive, que a esposa do autor submeteu a nova cirurgia de correção mamária em 05.10.2017, ainda que considerados, não alteram o posicionamento deste Magistrado sobre a questão trazida à baila.

Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

No mesmo sentido, *mutatis mutandis*:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REMOÇÃO POR MOTIVO DE DOENÇA DO CÔNJUGE. CONFIRMAÇÃO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULA 7/STJ.

1. No que tange ao art. 36, inc. III, alínea "b", da Lei n. 8.112/1990, as instâncias ordinárias procederam ao juízo de verificação da razoabilidade e proporcionalidade da remoção realizada em caráter liminar, bem como da presença dos elementos necessários para a concessão definitiva de tal provimento.

2. Assim, havendo o acórdão concluído, com lastro em elementos constantes dos autos, pela comprovação das doenças dos dependentes e necessidade da presença do servidor com os genitores, deferindo a remoção definitiva, modificar tal entendimento importaria desafiar a orientação fixada pela Súmula 7 do STJ.

3. Anote-se ser desprovidenciado considerar a aplicabilidade da teoria do fato consumado à presente espécie, porquanto a situação do servidor removido não é precária, isto é, foi confirmada pela sentença e pelo acórdão recorrido.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 437.560/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/02/2014, DJe 20/02/2014)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REMOÇÃO. ACOMPANHAMENTO DE GENITORES ENFERMOS. SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

RECONHECIDA PELA CORTE DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE DO REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Tribunal de origem, com esteio nos elementos de prova coligidos aos autos, entendeu ser legítima a remoção do ora agravado em virtude da situação emergencial relativa à enfermidade de seus genitores. A alteração dessas conclusões, na forma pretendida, demandaria necessariamente a incursão no acervo fático-probatório dos autos; contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

2. Agravo Regimental da UNIÃO desprovido.

(AgRg no AREsp 72.149/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/03/2013, DJe 13/03/2013)

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator